



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 43

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª Reunião de 24-09-2007

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Centro Social e Cultural de Aradas, sito em Aradas, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Joaquim Manuel Silva Marques, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, António Bastos Marques Rodrigues, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António dos Santos Costa, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 18:30 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Armando Manuel Dinis Vieira, José António Fernandes Pedroso e Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Gonçalo Nuno Caetano Alves (chegou às 20:00 horas), Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira e António Rocha Dias de Andrade.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e António Manuel de Carvalho Serra Granjeia pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Bastos Marques Rodrigues, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Jorge Manuel do Nascimento, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
Ponto 2. – Regulamento Municipal das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro - aprovação;
Ponto 3. – Alteração à permuta realizada com Manuel Figueiredo Dias – aprovação;
Ponto 4. – Permuta de um terreno sito nas Quintãs, por bens futuros - aprovação;
Ponto 5. – Imposto Municipal sobre Imóveis - aprovação das taxas para 2008;
Ponto 6. – Acessibilidades inter-regionais ferroviárias e rodoviárias ao Porto de Aveiro – declaração de interesse municipal.

(Entrou na sala o Vogal Sérgio Filipe Pires Loureiro)

Presidente da Mesa²³

“Antes de começarmos com a nossa ordem de trabalhos, gostaria de assinalar em nome da Assembleia Municipal de Aveiro, e da Mesa em particular, que é para nós um gosto e uma honra estarmos a dar cumprimento a uma promessa e a um compromisso eleitoral, que era o de fazer Sessões desta Assembleia, em freguesias do concelho de Aveiro. Pelo segundo ano do nosso mandato, esta é a segunda reunião da Assembleia que estamos a fazer numa freguesia, e fora da sede da Assembleia Municipal. A primeira foi em Santa Joana, esta está a ocorrer na freguesia de Aradas que nos está a receber com muita hospitalidade e com muita dignidade. Por isso, queria agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aradas, o facto de nos ter proporcionado, e a vontade e o empenho de organizar esta sessão da assembleia municipal aqui na freguesia de Aradas, agradecer-lhe e reconhecer todo o empenhamento e a diligência na organização logística desta reunião, e manifestar o nosso contentamento de aqui podermos estar hoje.

Gostaria, e por que é o nosso anfitrião de dar a palavra ao senhor presidente de Aradas, o Sr. António Mário, para que nos possa dar as boas vindas.”

Presidente da Junta de Freguesia de Aradas – António Mário da Fonseca Neto²⁴

“É com enorme satisfação que acolhemos a Assembleia Municipal na nossa freguesia. Quero deixar uma palavra de agradecimento, aos meus colegas das Juntas, ao senhor Vice-presidente da Câmara e a todos os restantes colaboradores, pelo empenho e apoio que prestaram para que fosse possível criar condições para a realização desta Assembleia.

Estando praticamente concluída a primeira metade do nosso mandato autárquico, na freguesia de Aradas temos sentido bem, as dificuldades decorrentes de uma conjuntura local pouco favorável.

Entre outras coisas: são estradas que precisam de ser repavimentadas; outras que precisam de ser alargadas; são passeios e valetas que precisam de ser limpos com mais frequência; são as máquinas do DSU que não deveriam avariar tanto; são as nossas associações que precisam de mais apoio; são mais passeios e lugares de estacionamento que precisam de ser refeitos; é este edifício onde estamos que precisa de uma intervenção profunda de manutenção.

Também sentimos que, o Executivo municipal tem feito aquilo que pode para atender as nossas múltiplas solicitações, mas nós precisamos que a segunda metade do mandato corra melhor.

Para isso, será necessário que melhorem a celeridade nas respostas aos nossos pedidos; melhorem a capacidade de manutenção do parque de máquinas do DSU; melhorem a quantidade do apoio material prestado; melhorem a quantidade do apoio humano prestado; e melhorem a qualidade do apoio financeiro prestado.

Não estou com isto a pedir mais dinheiro. Apenas peço mais capacidade de planear os apoios financeiros.

Se assim for, tenho a certeza de que iremos terminar o mandato com a agradável sensação de que valeram bem a pena os quatro anos dedicados ao serviço do povo.

Antes de terminar quero realçar, a noticia que saiu no Diário de Aveiro na passada sexta-feira, onde foi referido, que “brevemente iremos ter um carro eléctrico produzido em Portugal”; - Será fabricado na Maia (no Norte). Quero realçar o apoio que a Câmara Municipal do Porto está a dar a esse projecto, e das vantagens que irá ter com isso. E acredito que esta é uma ideia a ser analisada e eventualmente seguida pela Câmara Municipal de Aveiro.

Já agora também gostaria de pedir à Câmara Municipal de Aveiro, que coloque os dois carros eléctricos que tem, ao serviço das freguesias.

Para terminar, desejo que os trabalhos decorram de forma proveitosa para o nosso concelho e que os senhores tenham uma estadia agradável na nossa freguesia.”

Seguidamente, a Presidente da Mesa^u deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Continuando leu o ofício enviado pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local:

“Sobre o assunto do Pedido de Parecer – Assembleia de Aveiro, a questão do senhor deputado Diogo Machado, a Mesa recebeu uma carta do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, que diz o seguinte e que passo a ler: «Encarrega-me S. Exa. o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local de informar V. Exa. que assunto está a ser analisado pela Inspeção-Geral da Administração do Território, aguardando-se os ultimos termos deste processo.

Acrescentamos ainda que a competência para averiguar a existência ou não de inelegibilidade superveniente de um dos seus membros é a própria Assembleia Municipal, nos termos do n.º 5 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 1 de Janeiro, sem prejuízo da tutela de legalidade.»

A este propósito e sobretudo a propósito do último parágrafo, a Mesa não queria deixar de esclarecer o seguinte: porque a Mesa não se sente habilitada e poderia eventualmente não ser a decisão que vier a tomar a tutela sobre a questão da inelegibilidade do membro Diogo Machado e ser eventualmente vista como não isenta, a Mesa por estas duas razões, aguarda serenamente pelo parecer que o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, que diz está a ser analisado pela Inspeção-Geral da Administração do Território.

Se a Mesa inicialmente, e no percurso deste processo, se se tivesse sentido habilitada em todas as vertentes da questão para dar uma decisão definitiva e executória, já o teria feito. Por isso, aguardamos que o IGAT conclua o parecer oportunamente pedido.”

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 39 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e quatro votos a favor, um voto contra e duas abstenções.

Acta n.º 40 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 41 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e dois votos a favor e cinco abstenções.

Acta n.º 42 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor, um voto contra e três abstenções.

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiu-se a declaração de voto do vogal:

Vogal António Rodrigues (PS):⁶⁵

“Votei contra a acta trinta e nove e quarenta e dois, pelo simples facto de nela não estarem inscritas, nem transcritas as declarações de voto que deveriam justificar as actas, ou as acções, e os actos de cada membro. Bem assim a acta quarenta e dois, pelo facto de relativamente ao ponto em que referia a abstenção da minha parte, de votação sentados levantados ou de braço no ar, em listas nominativas, a senhora presidente disse, e não está plasmado.

Quero com isto solicitar, ao abrigo do número dois, do quarenta e três, que sejam sempre registados em acta as acções ou as intervenções que realizo sobre esta matéria.”

Presidente da Mesa⁶⁶

De seguida a Presidente da Mesa deu início, nos termos regimentais, ao Período de Intervenção do Público

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se para usar da palavra os munícipes:

- *António Pedro Vieira Nunes⁶⁷*, cidadão residente em Aveiro, interveio sobre o futuro das instalações de Remo do Clube dos Galitos na Zona da Lota/POLIS;

Presidente da Mesa⁶⁸

- *Elísio António Moreira⁶⁹*, cidadão residente na Quinta do Picado, interveio sobre ruas danificadas por obras de urbanização e ruas com falta de nome;

- *Manuel Maia Neto⁷⁰*, cidadão residente em Verdemilho, interveio sobre a rotunda do Botafogo, e solicitou à Câmara qual o ponto de situação;

- *Carlos Miguel Gomes Ferreira⁷¹*, cidadão residente em Ílhavo, interveio sobre cães abandonados na zona de Esgueira e relatou um acidente que teve em consequência do embate num desses animais;

- *José Carlos Maia Furão⁷²*, cidadão residente em Aradas, interveio sobre inscrição matricial dos prédios situados na zona da Vila Jovem – Eucalipto, do lugar e Freguesia de Aradas e Freguesia da Glória; falta de tampa da caixa de saneamento na Av. D. Frei Miguel de Bolhões e Sousa; Cedência de terreno para alargamento das ruas Eça de Queirós e Conselheiro Queirós em Verdemilho; criação de um parque de lazer na zona da Rua de Trás, no Eucalipto Sul em Aradas; e sobre mobilidade de peões as árvores existentes nos passeios da rua Direita do lugar da Quinta do Picado em Aradas;

- *Maria Fátima Rocha Marques*⁰¹¹, cidadã residente em Aradas, interveio sobre a falta de Sede para o Agrupamento de Escuteiros da Freguesia de Aradas.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰¹⁴

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰¹⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰¹⁶

Vogal António Regala (PCP) ⁰¹⁷

Vogal Santos Costa (CDS/PP) ⁰¹⁸

Vogal Arsélio Martins (BE) ⁰¹⁹

(Entrou na sala o Vogal Mário Manuel Borges Pereira Pinto)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰²⁰

“Permitam-me uma primeira palavra de saudação à freguesia; aos seus Autarcas, ao seu movimento associativo; à Paroquia; aos Habitantes, aqueles que no dia-a-dia de forma intensa, discreta, constroem a comunidade que hoje é Aradas.

Felicitar também a Mesa da Assembleia por esta opção de descentralização, na pessoa da sua Presidente, por esta proximidade que cria com os cidadãos, que é algo que também nós relevamos e com o qual nos congratulamos.

Por último, dizer aqui em Aradas, assim frente-a-frente, que não nos tem sido possível, conforme era nosso desejo dar a resposta a muitos dos problemas analisados pela junta e que nos tem chegado. O momento que vivemos não é fácil - nestas coisas não é só preciso querer, também é preciso poder; e não temos tido o poder financeiro para dar resposta a todas as solicitações, mas fica aqui este compromisso, que estamos a procurar trabalhar no sentido de que a situação se possa inverter, e que Aradas venha a ser tratada com respeito que merece e que exige.

Quanto às questões que foram aqui levantadas, eu irei responder a algumas e o Eng.º Carlos Santos irá, nas suas áreas, responder a outras.

Quanto ao Galitos: É verdade, Dr. Carlos Candal, que eu nunca fiz nenhuma declaração pública de amor eterno pelo Galitos. É verdade! Porque até no amor sou parco em palavras; - só por isso. Porque o Galitos está na história da minha vida. A minha primeira experiência como atleta federado foi exactamente a representar durante dois anos o clube dos Galitos. Foi aí que eu me iniciei; e naturalmente quando nós vivemos os dois primeiros anos da nossa vida, - quando temos quinze e dezasseis anos, num ambiente excelente, único, como era o ambiente no Galitos; o Galitos fica-nos para sempre no coração e escusamos de ter manifestações públicas de amor, porque o amor está cá dentro.

Em relação ao Galitos - também por isto e não só, todos reconhecemos e é unânime, o trabalho notável, que em muitas áreas, com o ecletismo que tem tido, o Galitos tem desenvolvido a comunidade aveirense. Desde o Basket, à natação, com o Caso do Diogo Carvalho, mais recente; ao remo - que é uma das modalidades fortes do clube dos Galitos. Tem um historial riquíssimo.

Todos estamos de acordo com isto, mas nós neste caso estamos perante duas realidades objectivas; não é uma questão de amor nem de sentimento. É uma questão de facto!

A primeira realidade que nós temos, é que está aprovado para o local um Plano de Urbanização - quer se goste, quer não se goste. Quer o coração diga que sim, ou diga que não. Quer se queira, quer não se queira, está aprovado, está ratificado e está publicado um Plano de Urbanização.

A alteração desse Plano, se nós quisermos mudar um arruamento desse Plano meio metro, demora sempre entre seis, dez a doze anos. Se nós todos aqui nos encontrarmos (o poder local aveirense), e entendermos todos aqui por unanimidade que está lá uma coisa fora do sítio, que tem que ser corrigido, vamos ter que esperar todos, no mínimo se correr muitíssimo bem, com muita sorte seis anos, o normal é que decorra dez a doze anos. Esta é uma realidade! Portanto, nós não podemos dizer assim: o estudo inicial que estava, e agora outro estudo, não! Houve um estudo que foi feito e aprovado, é esse que vale, é esse que está em vigor. Se quisermos correr o risco de o mudar, temos que esperar esses anos. Este é um facto.

O segundo facto é este: é que o terreno tem um proprietário, e esse proprietário não é a Câmara. Nós não somos donos do terreno, conforme sabem. O proprietário do terreno é a APA. E por muito que eu quisesse aqui garantir ao Galitos vinte pavilhões náuticos naquele terreno - o terreno não é da Câmara! Aquilo é de uma entidade que é a APA. E não era sério nem honesto, entrar naquilo que há pouco foi aqui muito criticado, que é a promessa fácil do momento, e depois o seu não cumprimento no futuro.

Em conclusão, e em relação à questão do Clube dos Galitos: não podemos alterar o estudo, sobe pena do processo atrasar mais não sei quantos anos; e em segundo lugar, não podemos, não mandamos no terreno, porque ele não é nosso; e em terceiro lugar, como compreenderão, também não mandamos na APA, e apesar do conselho sábio do Dr. Carlos Candal nós não podemos chegar à APA e trazer dinheiro, nem impor nada. As questões resolvem-se naturalmente, com diálogo.

Esta é a complexidade do problema que nós temos pela frente. Este é o problema concreto. Poderíamos querer pô-lo de outra forma, mas esta é a verdade que está à nossa frente.

Com esta realidade, há duas garantias que nós podemos dar; a primeira garantia que é em relação ao acesso ao plano de água, e ainda há pouco tive essa confirmação técnica, ela será com os normais constrangimentos decorrentes dumas obras que decorrem no local - isto é como em nossa casa quando há obras, há sempre algum transtorno, mas com o normal transtorno causado pelas obras, o acesso ao plano de água, ao espelho de água, estará sempre garantido, como é obvio, como é elementar, e seria um escândalo - como aqui foi dito há pouco se assim não fosse.

A segunda questão é esta, - e temo-lo feito, esse compromisso, esse nosso dever, temo-lo cumprido desde o primeiro momento, em todos os contactos que temos tido com o proprietário do terreno que é a APA, com potenciais investidores para o terreno, colocamos sempre, sempre, sempre em primeiro lugar a questão: há três realidades lá que têm que ser salvaguardadas, é o Galitos, a À Vela e é o Clube de Caça e Pesca que lá existe. Três realidades, e dessas três realidades, seja quem for que vai implementar o processo, só poderá contar connosco se estes três problemas estiverem resolvidos.

Naturalmente, que o Galitos pode contar connosco, pode contar com esta honestidade do que podemos dizer; não podemos garantir mais do que isto - não mandamos naquilo que é dos outros. Pode contar connosco, se surgir deste processo alguma dificuldade. Isto foi mesmo transmitido já, pessoalmente, aos dirigentes do Clube dos Galitos.

Naturalmente que temos de respeitar o seu passado, a sua história e o trabalho que têm desenvolvidos por Aveiro, mas também temos que fazê-lo dentro da honestidade e da legalidade que temos que cumprir.

Quanto ao contrato programa, eu sinto as dificuldades, os dramas do Galitos, de muitos Clubes, de muitas Associações que estão a viver neste momento, momentos muito difíceis no nosso concelho.

Compreendo perfeitamente como sabem - eu também fui dirigente associativo durante décadas, e sei o que isso é. Agora, o problema é como dizia há pouco, não basta querer, é preciso poder. E nós todos os meses, ainda continuamos a ter que entregar ao banco cada mês um milhão, duzentos e cinquenta mil euros de juros e encargos de dívida. Era exactamente esse um milhão,

duzentos e cinquenta mil euros, que acabavam com estes problemas e com muitos outros problemas.

Senhor Elísio Moreira, o Eng.º Carlos Santos vai responder.

Senhor Manuel Maia Neto: Botafogo. Excelente. É mais um caso e é bom que estes casos venham ao de cima, para nos apercebermos da complexidade desta máquina onde estamos montados. O Botafogo é um caso, e nos contactos que já tivemos com os muitos contactos a muitos níveis já, sobre o Botafogo, eu nesses contactos dizia assim: desde que eu me lembro que há eleições autárquicas aqui no nosso concelho, desde que eu tenho tido acesso aos documentos, dos candidatos em Aradas, todos eles, ou quase todos ou a maioria deles, nos seus manifestos eleitorais lá vêm com a questão “Vai ser resolvido o Botafogo”! Todos o diziam convictos; todos os que assumiam aquele compromisso, era com vontade firme de que o iam realizar, e que o Botafogo ia ser concretizado finalmente.

Recordo-me ainda nas penúltimas, em que um candidato dizia mesmo assim: - “Agora, no próximo mandato, sob palavra de honra, que vai ser resolvido o Botafogo”. E as pessoas fazem diligências, insistem em vão. Depois há toda uma viscosidade legal, há todo um conjunto de entidades, problemas, de situações que se têm que ultrapassar, que nos arrastam para o arrastar sistemático dos problemas. É quase dramático a situação que nós vivemos. No fundo, o poder local, se calhar tem mais de local do que poder. Tem muito pouco poder e muito de local. Mas quero dizer-vos isso aqui, esse problema com a Estradas de Portugal, com o IEP, se arrastou estes anos todos - esse problema acerca de um mês foi resolvido, finalmente, ao fim de trinta anos, sem anúncios em jornais.

A questão do desentendimento que existia entre o município e IEP, está resolvido. Neste momento há consenso entre as duas partes, a EP já enviou a versão final, articulada com os nossos técnicos, já está em nossa posse; portanto, penso que um dia destes se puder passar por lá, já podemos conversar, e estamos em condições agora de passar à outra fase, que agora finalmente, ao fim destes trinta anos passou para o nosso lado, isto é, articulou-se o estudo para o local, que foi acertado pelas partes, para podermos avançar com a resolução do Botafogo.

Carlos Miguel Ferreira, o Eng.º Carlos Santos responderá, José Furão também.

Fátima Marques, a questão do movimento escutista. Temos também a sensibilidade para a importância que o movimento escutista tem na construção de uma sociedade melhor; há muito a fazer nessa área. Nós ainda estamos agora no princípio do apoio ao movimento escutista, e penso que há cerca de meio ano articulamos e resolvemos a questão com a Sede Regional dos Escuteiros. Finalmente, estamos a começar pela Sede Regional, parece-nos bem; tem essa amplitude, que abrange toda a região naturalmente, e depois estaremos disponíveis para dialogar e para apoiar a associação, e que todo o trabalho que é feito de apoio na formação de jovens, é um trabalho que aposta no futuro, e é um trabalho que irá naturalmente ter todo o nosso apoio e a nossa colaboração.”

Vice-Presidente Carlos Santos ⁰²¹

“É com muito gosto que estou aqui para responder a algumas das questões que foram levantadas, e começarei por responder ao Sr. Elísio Moreira, o tal senhor que apresentou o caso da Rua sem nome. Eu devo dizer ao Sr. Elísio Moreira, que nós vamos fazer tudo para resolver a sua situação. Mas acontece que recebemos a sua exposição em treze de Agosto deste ano, e fomos procurar saber o que é que se passava; - aliás, a junta de freguesia já nos tinha levantado esta questão. Aliás, a junta de freguesia insistiu para ver o que poderíamos fazer em relação a este assunto, e nós constatamos que havia uma empreitada em dois mil e quatro, no valor de duzentos e dezasseis mil euros.

Nós vamos ver se pegamos neste assunto; vamos ver se minoramos este problema. Não prometemos cumprir a empreitada em absoluto, mas vamos ver se conseguimos fazer alguma

coisa em relação a este assunto. A sua preocupação é legítima, o seu desejo é justo, vamos ver se podemos corresponder a isto com a maior brevidade possível.

Depois o Sr. Carlos Ferreira, o problema do cão, prejuízos no carro. Creio que o que Sr. devia fazer e que ainda não fez, devia fazer uma participação à Câmara, relatando isto, para ver o que é que nós podemos fazer. Temos recebido lá algumas queixas desta natureza, e procuramos corresponder. Peça-lhe que o faça para podermos colaborar também.

O Sr. José Furão, é um senhor que frequentemente aparece junto de nós e nos põe algumas questões sérias, objectivas, outras ou pouco para brincar um bocado connosco, e nós também gostamos da brincadeira e que se brinque. Mas levantou uma questão importante que é o problema da inscrição matricial dos prédios situados na zona da Vila Jovem – Eucalipto, freguesia de Aradas e Glória. Nós sobre isto devemos dizer o seguinte: os limites administrativos, entre as freguesias de Aradas e Glória, na Zona de Santiago e Eucalipto, têm gerado alguma controvérsia e confusão. Isto acontece, porque nestas zonas, os limites entre freguesias, não se ajustaram à transformação do território. Nomeadamente às novas urbanizações, e aos novos arruamentos que estas geraram. Como se poderá verificar, poderá acontecer que uma mesma habitação possa estar parte na freguesia da Glória e outra na freguesia de Aradas - aliás é o que acontece por exemplo com o Mercado de Santiago. Assim, é provável e se justifica, que possam existir prédios inscritos como pertencentes à freguesia de Aradas, quando efectivamente pertencem à Glória e vice-versa. Mais uma vez nós apelamos para a necessidade de rectificar os limites entre freguesias nos casos em que estes são fictícios, não se apoiando em nenhum elemento físico. Os senhores presidentes de junta sabem que estas questões acontecem com várias freguesias e que nós temos este problema, não só em relação à Glória e a Aradas, e temos estes mesmos problemas, as mesmas questões noutras freguesias e era bom que nos entendêssemos e que tentássemos obter um consenso acerca desta situações. Uma questão também aqui importante e que a junta de freguesia também já nos levantou, é a falta da caixa de saneamento próximo do Jumbo, e aqui tem-se brincado tanto com esta tampa Ada caixa de saneamento.

Para nós é fácil e eu isso posso prometer: - amanhã vou fazer uma coisa que não devia fazer, vamos lá pôr uma caixa de saneamento. Mas é evidente - e já accionámos várias vezes o empreiteiro, para que resolva esta e outras situações que tem lá para resolver.

Outra questão que foi levantada foi a cedência de terreno para o alargamento das ruas Eça de Queirós e Conselheiro de Queirós em Verdemilho. Esta questão está a ser tratada com a Junta; recentemente fizemos chegar informação que consideramos importante ao Sr. Presidente de Junta, e eu creio que isso tem pernas para andar, e que se vai resolver e que há hipótese de se resolver.

Criação de um parque na zona da Rua de Trás do Eucalipto Sul, em Aradas. Este é um parque em nós estamos a trabalhar e que o DSU está a trabalhar em colaboração com a Junta de Freguesia; eu creio que vai ficar uma zona bonita e que tudo isso se vai conseguir.

Também foi falado aqui no problema da mobilidade dos peões, nas árvores existentes nos passeios na Rua Direita, no lugar da Quinta do Picado em Aradas. Os senhores sabem - todos nós sabemos que, o problema das árvores mal escolhidas (espécies mal escolhidas) e que foram colocadas nos passeios, não são só em Aradas, não são só na Quinta do Picado. São em todo o município. Rebantam com muros das casas, com passeios, com canalizações. Foram processos mal delineados, foram processos mal executados, e são algumas das questões que nós vamos tentando resolver.

E sobre as diversas questões que aqui nos levantaram, foi com gosto que respondi, a parte que nos dizem respeito e que de alguma forma passaram por nos.”

De seguida, a Presidente da Mesa²² interrompeu os trabalhos, seguindo-se intervalo para jantar.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:30 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pela Presidente da Assembleia Municipal, Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Joaquim Manuel Silva Marques, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, José da Cruz Costa, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Bastos Marques Rodrigues, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António dos Santos Costa, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Arsélio Vieira Martins e António Manuel de Pinho Regala.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Armando Manuel Dinis Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José António Fernandes Pedroso, Manuel Vieira dos Santos e Carlos Eduardo Maria Martins.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa ⁰²⁴

Membros da Assembleia

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁵

“Venho aqui hoje, e tendo ouvido as vozes dos nossos munícipes, esperar que de facto o Executivo, mereça dos munícipes, ou efectivamente um cuidado e um tratamento das situações que aqui foram trazidas.

Já em Março de 2006 houve o levantamento, promovido pela Câmara relativamente a essas situações, nomeadamente à questão do saneamento, na Quinta do Picado, à questão da repavimentação das estradas, à questão do escoamento das águas pluviais. Assuntos que acabaram por merecer um tratamento em devida altura, e que aqui hoje também foram trazidas e que revelam as preocupações e as necessidades de quem aqui mora. Continuam a ser muitas e portanto, a carecer da devida atenção desta autarquia e de todos nós aqui deputados municipais.

Porém, a eterna questão da municipalização da 109 continua em aberto - sabemos disso, com vista à correcção e resolução do problema efectivo que se vive, do ponto de vista do trânsito e do Botafogo. Portanto, é urgente a dita rotunda que tanto se aguarda, como forma de libertar o tráfego e o aperto viário que ali se vive.

Pelo passeio que eu tive oportunidade de fazer por esta freguesia, pude constatar que embora sendo esta uma freguesia com tradições agrícolas ou rurais, carece ainda de espaços verdes. Esses espaços verdes são condignos para o convívio e para a própria vida da população local.

Estando nós na freguesia de Aradas, cumpre-me também registar outras situações (para além destas que acabei de anunciar). A velha questão também das bombas de gasolina junto ao Glicínias. Continuamos a achar, e salvo o devido respeito, que é uma preocupação e é um perigo eminente o que ali está. Numa perspectiva de segurança pública e de protecção civil para os habitantes daquela zona e demais transeuntes que ali se deslocam para as compras, e até mesmo para os automobilistas que ali circulam junto ao túnel e naquela zona, entendemos que aquela unidade de abastecimento continua a ser uma ameaça permanente pelos riscos inerentes ao seu funcionamento, deficiente e caótico, quanto à sua proximidade com a zona comercial e habitacional. Todos nós sabemos que no caso de um acidente a responsabilidade é de todos — e poderá eventualmente ser repartida.

Alias, também aqui cumpre-nos registar que temos alguma dúvida, quando à questão da Protecção Civil, se o regulamento da normas aprovadas, se já contemplam aquela realidade e de modo efectivo, e se se encontram actualizadas para a dimensão de uma situação acidental com aquela unidade de abastecimento.

Ainda dentro da freguesia, eu gostaria de chamar à atenção para um problema que já nos vem sendo comunicado por alguns municípios, e que respeita à falta de total higiene e salubridade, que se vive junto ao esteiro da Ria ou braço da Ria junto à fábrica de tintas da DANKAL, e do futuro complexo de moradias que ali vai ser construído.

Na verdade, são visíveis e notórios os despojos que ali se encontram: - estamos a falar de electrodomésticos, colchões, ferros, sucata, toda a espécie de lixo doméstico ali é depositado. Creio que não fica bem às portas de uma cidade como a nossa, - e é a mesma vergonha que existe em pleno meio natural da Ria de Aveiro e naquela futura zona residencial; um depósito de lixo a céu aberto, e um espaço tão mal tratado e tão degradado do ponto de vista ambiental e paisagístico.

E aproveitando o período anterior à ordem do dia, eu ainda pretendia levar ao conhecimento do Executivo, algumas questões actuais que na nossa opinião merecem a exposição e o tratamento perante este colégio. E que contentem obviamente os interesses da nossa população. Eu queira aqui congratular este Executivo, na pessoa do Dr. Capão Filipe, pela assinatura que foi promovida dos novos protocolos relativos à cedência dos moliceiros municipais. Penso que esta iniciativa mais uma vez poderá contribuir para o rejuvenescimento e para a dinâmica que nós pretendemos que a Ria e as águas da nossa Ria possam ter. Pelo colorido destas embarcações e pela sua graciosidade do seu navegar.

A propósito de águas e a propósito da Ria, todos nós sabemos que foi noticiada recentemente a futura instalação de um cabo de abastecimento de energia eléctrica pela EDP, para S. Jacinto e abastecimento também da vizinha Torreira. E eu queria aqui deixar um apelo, e uma vez que a Câmara Municipal a seu tempo irá emitir um parecer competente para esse efeito, a necessidade de ser acautelado obviamente a segurança pública daquela zona. Nós sabemos que a zona de S. Jacinto é uma zona que vem sendo ao longo dos tempos, sendo privilegiada pelo contacto dos marinheiros e patrões locais, e patrões de costa que ali circulam com as suas embarcações. E portanto, penso que este alerta é feito à Câmara, mas também deve ser feito em devido tempo e em momento oportuno à EDP.

E por falar em S. Jacinto, terminando, eu já trouxe esta questão aqui, mas eu mais uma vez quero expressar a minha preocupação constante e actual, porque ainda este fim de semana lá estive, tive esse privilégio, esse raro privilégio de poder estar em S. Jacinto e beneficiar da beleza que aquela freguesia constitui. Continua o problema do Porto, neste caso, do trapiche ou do cais de embarque e desembarque das embarcações. O caos é evidente! Da junta de freguesia nem uma palavra; não se sabe o que é que se pretende com aquilo. Pescadores, navegadores de recreio e uma infinidade de pessoas utiliza a seu belo prazer o trapiche; e acho que está na altura, não obstante a jurisdição da APA, como aqui já foi dito pelo senhor presidente, cumpre (salvo o devido respeito, e em minha modesta opinião), que a

regulamentação da utilização daquele trapiche seja feita por iniciativa municipal, conjunta com a APA, de modo a salvaguardar situações embaraçosas e até de segurança; e até mais - integridade física. Eu já presenciei cenas caricatas de quase pugilato entre pescadores, turistas e navegadores de recreio. Eu acho que é lamentável que a única praia de Aveiro, seja testemunha destes descalos, que poderiam ser evitados, caso houvesse efectivamente uma regulamentação mínima da utilização daquele espaço.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁶

“O assunto que me traz aqui neste Período de Antes da Ordem do Dia, é um assunto que diz respeito a Aveiro, mas não só a Aveiro concelho, mas que passa transversalmente toda esta região de Aveiro, mais propriamente por toda a região da Ria de Aveiro.

E mais uma vez trago aqui a questão que tem a ver com o que escandalosamente e deploravelmente se passa na Ria de Aveiro. E digo isto mais uma vez, porque já chamei à atenção para esta situação e não só eu, eu lembro-me que o deputado Carlos Valente do PSD, também chamou na Sessão à atenção para a questão do abandono da Ria de Aveiro.

Mas lembro esta questão, porque é preocupante e porque quanto mais se adia esta situação, mais preocupante se torna. Nós sabemos historicamente a importância que a Ria teve para Aveiro, mas sabemos sobretudo a importância que hoje em dia a Ria tem para Aveiro, sob o ponto de vista do ecossistema, sob o ponto de vista económico inclusivamente, sob o ponto de vista turístico, sob o ponto de vista quase que digamos, histórico de Aveiro; e porque de facto é o ex-libris de Aveiro quer queiramos quer não. Não Aveiro concelho, Aveiro cidade, mas Aveiro região.

O estado actual da Ria, como eu dizia, é completamente deplorável. É um manancial de marinhas no fundo, com os muros todos arrombados em que já não se vêem em muitas delas a delimitação dos muros das marinhas, com um perigo permanente para quem navega na Ria e hoje cada vez mais, são os navegantes turísticos da Ria, das pequenas marinas que existem na Gafanha, junto à “Bruxa”, na Costa Nova, os que param aqui junto à “A Vela”, etc., um sem número de barcos de pessoas que se iniciam na navegação, que são pouco conhecedoras e que estão sempre sujeitas ao perigo de apanharem uma estaca que mal se vê com a maré cheia - só se vê com a maré vazia, que estava no meio daquelas marinhas que estão todas afundadas, de uma data de mouchões que estão no meio da Ria e que encaham os barcos, e além de encahar os barcos podem perfeitamente perfura-los. Estes perigos mantêm-se permanentemente na Ria. É a quantidade de canais de esteiros da Ria que neste momento que estão assoreados, cuja navegabilidade era possível, e que neste momento é perfeitamente impossível, não permitindo acesso a muitas das áreas que eram acessíveis antes, embora nos pareça que ao ver toda aquela área lagunar, que é perfeitamente tudo navegável.

Por outro lado, não se prevê até esta altura, perante todo este estado de coisas, não se prevê uma alteração exactamente a este estado de coisas. Fala-se há muito tempo, que efectivamente é necessário uma entidade gestora da Ria. A Ria está entregue ao Ministério do Ambiente, a entidade gestora da Ria tem sido adiada sistematicamente; os de cá não têm tido meios para fazer nada pela Ria - os de lá não dão a quem poderia ter interesse em defender a Ria a possibilidade de o fazer e estamos neste impasse permanente.

Nesta situação, eu sei que houve uma reunião do Presidente da AMRia com os Grupos Parlamentares, com deputados de Aveiro na Assembleia da República, exactamente sobre a situação da Ria; nós sabemos isto, porque pedimos uma audiência (o meu partido o PCP), ao Sr. Presidente da AMRia.

Esta situação é preocupante, as preocupações que o Sr. Presidente da AMRia tem são preocupações semelhantes às que nós também temos; são preocupações gerais que todos os aveirenses terão, mas são preocupações que todos os deputados ouviram e que não levaram à

Assembleia da República, durante este tempo todo. Não forçaram, não permitiram com que houvesse vontade política para se avançar.

Nós PCP, perante esta situação, apresentámos efectivamente um requerimento no dia 28 de Agosto deste ano, exactamente questionando a situação em que está a criação da dita entidade gestora da Ria - que achamos fundamental e prioritária para o desenvolvimento da própria Ria. Criada com regras, com autonomia, e que saiba, e que seja de gente interessada nessa defesa.

Estamos a aguardar respostas, mas não queremos deixar aqui de por esta questão à Câmara de Aveiro; porque é a Câmara de Aveiro, que no fundo é, Aveiro é a capital de toda esta zona lagunar e compete, e a Câmara de Aveiro é responsável por se interessar por toda esta questão e gostaríamos de saber quais são as preocupações da Câmara de Aveiro neste âmbito e se pensa efectivamente em tomar medidas consentâneas com toda esta questão no sentido de efectivamente desenvolvermos e activarmos aquilo que para nós é uma riqueza fundamental da nossa terra.”

Vogal João Barbosa (PS) ⁰²⁷

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰²⁸

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) ⁰²⁹

Vogal Arsélio Martins (BE) ⁰³⁰

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰³¹

Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) ⁰³²

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³³

“Antes de realizar qualquer intervenção, queria felicitar a inclusão do Prof. Caetano Alves no Executivo e desejar-lhe, que tenha os êxitos que o seu antecessor conseguiu: um trabalho meritório, porventura, o mais meritório do actual Executivo. Desejar-lhe o bom senso, o equilíbrio, por forma, a poder harmonizar, o conflito de interesses que porventura, possa subjazer em qualquer dos actos.

Senhor Presidente da Câmara, Senhora Presidente, uma pequena nota sobre politica geral. E sobre politica geral, para satisfazer o Dr. Miguel Fernandes, para me lembrar da mulher de César. Do mesmo modo que a vida é realizada, é nela que a política se insere. E os padrões e os valores da lealdade, da solidariedade, melhor dizendo, aqueles valores que nós devemos, a todos quem nos suportam, nos bons e nos maus momentos. Àqueles que nos conduzem ou que nos acompanham. É o dever de gratidão. E a mim custa-me Senhor Presidente e gostava de o ouvir de sua viva voz, porque é que neste momento toma posição entre dois candidatos, a candidatos a Presidente de um Partido e não tomou nenhuma posição relativamente aos outros dois candidatos, nenhum deles? Será que porventura não foi grato com aquele que andou pela mão, lado a lado, para o alcançador a esta situação? Para não ferir nenhum colega de executivo? Será que porventura, nós não temos a noção daquilo que podemos fazer ou devemos, em cada momento, para na linha da coerência dizermos – somos o que somos. É que em politica Senhor Presidente, o que parece é e o Dr. Filipe Menezes não pediu, nem o Ribau Esteves, mas já se devia ter inscrito.

Duas notas sobre política local. Queria aqui, colocar um problema também ao Senhor Presidente, pedindo informação porventura a quem pode estar a implicado. É sobre a abertura, e a abertura plena do Mercado Manuel Firmino. Temos visto que as coisas não correm de acordo com aquilo que nós queremos e é necessário saber, porque é que por ventura aquele espaço não funciona na sua totalidade? O que é que se passa, para que ainda, até hoje, não esteja plenamente concluído? O que é que se passa, o que é que é necessário fazer, para que as

condições de higiene e segurança alimentar sejam todas elas, todas elas, atribuídas para todos os sectores de distribuição que ali se querem implementar?

E uma outra questão, que vem no sentido do desenvolvimento económico e social da região, para a qual já levantámos na anterior reunião, sobre um aspecto da cidade, até porque vai estar até ao dia 17 de Outubro em discussão essa situação, gostaria de saber, de sua viva voz, que é que entende de harmonização e em harmonização, de tudo o que pode ser feito, entre o artigo 11, n.º 1, com o artigo 26, a respeito do PUCA, no que concerne à recuperação daquilo que pode ser feito para a Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Muito obrigado.”

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) ⁰³⁴

Vogal Carlos Anileiro (CDS/PP) ⁰³⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁶

“Gostaria de no início da minha intervenção, no período de Antes da Ordem do dia e em nome da bancada do PSD, desejar as maiores felicidades ao Senhor Vereador, Dr. Caetano Alves, para o exercício do seu mandato.

Neste ponto, gostaria também de reflectir durante um ou dois minutos, sobre o que se passou no dia sem carros no nosso concelho. Esse dia foi o dia em que os aveirenses foram convidados para olhar a Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Penso, interpreto o fecho dessa artéria ao trânsito, como uma possibilidade de nós podermos, do centro da Avenida, passando a Avenida para um lado e para o outro, na faixa central, olharmos à volta e verificarmos o que é que aquela Avenida pode representar para nós.

Primeiro, mostra-nos, a quem chega à avenida, quem está por fora da avenida, mostra a importância que esta avenida tem, central e estruturante, ainda para o funcionamento do trânsito automóvel no centro da nossa cidade. É inquestionável este ponto; e por isso é importante que qualquer futuro que se preveja para aquela avenida tenha em conta esta condicionante. A avenida é importantíssima para estruturar o trânsito automóvel no centro da cidade de Aveiro.

Por outro lado, também se pode verificar, que os peões não podem usufruir da avenida tal como ela se encontra neste momento. Nós verificamos é que vai-se para a avenida fazer o quê? Ou seja neste momento a nossa avenida não está estruturada, com serviços que possam ser usufruto por parte do cidadão - também é importante que se pense nesta vertente. Outro aspecto tem a ver com o próprio empedrado: quem andou de bicicleta, quem procurou andar de patins, de skate ou de trotinete na nossa avenida, verificou que é impossível devido ao empedrado que neste momento existe na avenida e que é característico da avenida, mas que de certa maneira cria desconforto para outros meios de transporte, que não eventualmente o automóvel.

E por último, um olhar mais para cima, verifica-se um edificado que tem que ser alterado. Aquele edificado que nós verificamos, não tem uma estrutura urbana, uma estrutura agradável, uma estrutura que nós sintamos prazer, daquilo que já foi o nosso centro cívico e que nós gostaríamos que num futuro relativamente próximo voltasse novamente a ser.

Por último, uma breve referência a um assunto de nível nacional, mas que também deve merecer a nossa solidariedade. É lamentável, aquilo que se tem estado a passar com o encerramento de maternidades; e num país que nós queremos, que cada vez mais convirja para uma Europa comum, uma Europa solidária e vejamos que cada vez mais, cidadãos portugueses são obrigados a nascerem em ambulâncias, tendo como parteiras os próprios bombeiros. É indigno que aquilo que se diz em nome de melhoria das condições para todos, na realidade esteja a ser melhoria de condições para alguns, muito poucos, para algumas elites, fazendo

com que aqueles, os mais desfavorecidos, não tenham acessos, a serviços básicos, como um simples poder nascer em condições condignas. Também a questão dos medicamentos, também com objectivos aparentemente muito nobres, aquilo que nós verificamos é que são os mais pobres, são os mais idosos, que não têm condições de poderem suportar alguns parcos medicamentos que precisam para poderem viver com dignidade, porque muitos desses subsídios estão a ser subtraídos por este Governo, que se diz Socialista, mas que de solidário não tem absolutamente nada. Nós em Aveiro, felizmente temos maternidade, nós em Aveiro felizmente muitos de nós têm alguma qualidade de vida e por vezes estes assuntos não se fazem sentir. Mas aquilo que nós temos aqui também que ser nesta Assembleia Municipal é um arauto de estas situações, já que aqueles que deviam defender os mais pobres, que são aqueles que são os nossos governantes, que foram eleitos para governar os destinos de todos nós, não têm sabido exercer essa sua função. Muito obrigado.”

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [037](#)

“Senhora Presidente, uma saudação a todos os presentes nesta Assembleia, particularmente ao Senhor Presidente da Junta e na sua pessoa saúdo todos os munícipes de Aradas.

Seguidamente quero saudar também e desejar as boas-vindas ao novo Vereador Caetano Alves. Desejo que tenha um trabalho profícuo, no interesse dos munícipes de Aveiro.

Senhora Presidente, sabemos que a Ordem de Trabalhos comporta assuntos de muito interesse para o município, mas hoje como sempre e antes de entrarmos na Ordem do Dia, há questões que convém abordar para não serem esquecidas e para sabermos como andam os interesses dos munícipes.

Há uns meses atrás gerou-se grande polémica à volta da Praça do Peixe. Houve mesmo manifestações agitadas. Lemos e ouvimos que a Praça do Peixe ia ser fechada por não reunir condições sanitárias, para funcionar naqueles moldes. A Câmara manifestou publicamente vontade de fechar o mais centenário mercado de peixe. As pessoas imediatamente contestaram firmemente essa intenção e fizeram-no publicamente. As águas da ria e não só, ficaram agitadas por essa ideia assustadora. Houve até episódios pitorescos nos jornais, na discussão do assunto. A Câmara alimentando polémicas, falou de tudo o que não tinha interesse para os munícipes, menos do mercado e do seu futuro. Andou à volta do farelo e ligou pouco à farinha ou seja, o mais importante não foi discutido a sério e os interesses dos munícipes foram esquecidos ou pelo menos adiados pela Câmara. E passados que são todos estes meses, ninguém sabe ainda em concreto, o que é que a Câmara pretende fazer com o mercado José Estêvão.

O assunto é importante demais para todos os aveirenses e não pode estar pendente, indefinidamente e sem qualquer decisão concreta.

Assim perguntava através de vossa excelência, ao Senhor Presidente da Câmara, o que pensa fazer com o mercado José Estêvão. Fica como está e para sempre ou vão ser criadas outras condições, para um melhor funcionamento? Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [038](#)

“Vou aproveitar o período de Antes da Ordem do dia de hoje, para falar um pouco de um assunto que me preocupa, não só a nível local, mas sim e até mais ainda a nível nacional.

Porque nem tudo foi bem feito, mas parece que tudo é bem contado. Porque a realidade não se compadece com propaganda, porque uma coisa é o que é dito e propagandeado, outra mais triste é a realidade.

Vejamos senhores deputados na Saúde. A política de Saúde é a face mais desumana da postura deste governo. Uma política de estrutura em torno de dois vectores, produzir custos, limitar o

acesso a cuidados básicos. Criam-se novas taxas moderadoras no internamento, nas cirurgias, em ambulatório. Um qualquer cidadão, parte uma perna, é internado numa unidade hospitalar e sujeito a uma cirurgia. Paga em consequência as taxas moderadoras correspondentes. Sem surpresa, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde, no seu relatório da primavera, considerou estas taxas socialmente injustas.

Mas mais, este é o Governo que sem critérios e sem regras avança literalmente para sucessivos encerramentos de serviços de saúde. Fecham-se urgências a oito, sem critério, sem lógica e sem ponderação social. Fecham-se urgências sem cuidar da criação de alternativas eficazes. Os resultados perversos começam a ser sentidos. A iniciativa privada na Saúde avança e bem. A degradação da política pública de Saúde, degrada-se e mal.

Esta não é uma consequência retórica - não! Por trás destas conclusões estão pessoas, em especial no interior do país, para quem a Saúde está mais cara, mais distante e mais difícil. São os mais afortunados? Não! São sempre os mais pobres, os mais carenciados, os mais vulneráveis. Aqueles que não têm recursos, nem possibilidades para aceder a um hospital privado. Tudo pela mão de um Governo Socialista.

Não se pode gerir um destino de Saúde, como se gere uma rede de cultura ou de lazer; ambas são necessárias, mas a diferença de uma falha num ou noutra, é a diferença entre a vida e a morte.

Nada disto é exagero, tudo isto é sensibilidade e justiça social — tudo o que faz falta ao actual governo. Mas para mais direi ainda, o que Portugal ouviu “os portugueses têm o direito de esperar do sistema nacional de saúde, acolhimento e cuidados de elevada qualidade, independentemente do local onde vivem, do meio económico e social a que pertencem e o serviço que utilizam” - programa do governo, (Eng.º Sócrates, 2005).

O que Portugal vê é um sistema de Saúde caótico, mais caro para todos, com um acesso mais difícil. Dois anos de governo socialista levaram à subida do preço dos medicamentos em 6,6%, são dados do INE. Aumento das taxas moderadoras nas urgências em 27%. Há criação de novas taxas moderadoras no internamento dos doentes, 5 euros dia nos internamentos e 10 euros nos actos cirúrgicos. Há falta de apoio e a redução da participação nos medicamentos para doentes crónicos. Há a interdição pelo Ministério da Saúde, da entrada de medicamentos inovadores nos hospitais por razões economicistas. E os portugueses viram ainda a descomparticipação de 149 medicamentos e o fim da majoração de 10% na participação dos genéricos.

Em dois anos a Saúde é mais uma promessa socialista por cumprir, com mais custos para os portugueses, penalizando quem é internado, quem é operado, quem necessita de medicamentos. O que Portugal ouviu, 100 unidades de Saúde familiar a criar até fim de 2006, dois milhões de utentes abrangidos, 225 mil utentes com médico de família.

O que Portugal vê, 43 unidades de Saúde criadas, 800 mil utentes abrangidos e 64.000 utentes com médico de família e ainda o aumento das listas de espera para cirurgia.

Em dois anos do Governo Socialista, o sistema de Saúde perdeu serviços e reduziu horários. O interior de Portugal viu os cuidados de saúde diminuídos. Encerram maternidades, num processo conturbado e pouco claro. Encerram inúmeros Serviços de Atendimento Permanente. Paralisou o processo de construção de hospitais. 15 Serviços de urgência hospitalares, estão em vias de encerramento ou desqualificação.

Portugal ouviu promessas e intenções. Os portugueses vêem uma Saúde mais cara e de acesso mais difícil e penoso.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP) [039](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [040](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁴

“A maior parte dos assuntos que aqui foram colocados, mesmo sendo todos oportunos, pertinente, actuais e importantes, merecem que se enquadrem na perfeição no próximo ponto da Ordem de Trabalhos, na Comunicação Escrita à Assembleia Municipal, por isso e por respeito pelo Regimento iremos responder a eles, a esses pontos, na próxima Assembleia. Talvez aqui um assunto possa ser abordado hoje, não tanto pelo assunto em si, é importante como todos são, mas pela oportunidade do assunto, isto porquê? Tem a ver com a questão da ria, que foi colocada aqui, quer pelo António Regala, quer pelo Santos Costa.

No essencial é o seguinte: hoje durante toda a manhã, correu mais uma habitual reunião, chamada Assembleia Intermunicipal dos municípios da ria. E um dos pontos obrigatórios que foi abordado foi a questão da Ria. Sabem que este processo (já aqui falámos nele) é um exemplo acabado da forma perfeita ou quase perfeita, como funcionamos neste país.

Já envolveu, durante estes anos todos inúmeros Ministros; já envolveu Primeiros-ministros, que vieram aqui Aveiro garantir que ia ser criada e comprometer-se com a criação da entidade da Ria. Esses Primeiros-ministros levaram o assunto ao Conselho de Ministros, o Conselho de Ministros já por duas vezes aprovou a criação da entidade da ria, depois por circunstâncias (para não perdermos muito tempo, não vale a pena explicar) acabou por não avançar esse processo.

O próprio Presidente da República da altura, que se tinha comprometido em que fosse criada a entidade gestora da Ria, quando o processo não avançou a primeira vez, veio pessoalmente aqui Aveiro pedir desculpa, por não ter avançado, mas que da próxima que avançava; - Depois não avançou! Mas não avançou, enfim, tem este historial imenso, rico, a caracterizar este assunto.

Perante isto tudo, agora temos mais, temos uma nova Lei da Água, temos mais um Ministro, agora também já está o assunto no Primeiro-ministro. Enfim, vai percorrendo estes caminhos todos. E por isso, hoje de manhã na abordagem feita, foi decidido por todos os presentes, em representação de todos os municípios que integram a Associação de Municípios da Ria, por unanimidade, foi então decidido desenvolver um conjunto de acções públicas para afirmarmos a nossa posição de indignação, perante a forma como este processo tem decorrido ao longo dos anos.

São algumas medidas, eu por uma questão de ética, acho que deve ser a própria Associação de Municípios da Ria, porque foi aprovado lá isto, a descrevê-las com pormenor. De qualquer das maneiras, duas ou três: está previsto a elaboração de um abaixo-assinado para envolver cidadãos e entidades a manifestarem a sua posição em relação a este processo; está também previsto um encontro alargado, de âmbito regional, para que este assunto venha uma vez mais, e tenha eco em termos públicos; há também o envolvimento dos deputados da região, na Assembleia da República, de forma de também poderem suscitar o assunto.

É muito importante neste processo, o envolvimento da Comunicação Social e a Associação de Municípios da Ria vai desenvolver essas acções, enfim, é este conjunto de acções que vão ser desenvolvidas, de forma a que, aquela que é a nossa jóia da coroa, aquela que é a razão da nossa própria existência, enquanto comunidade, aquela que é a nossa Ria, venha ter um tratamento com dignidade que não tem tido nos últimos anos.

Por ultimo e aproveitando as palavras do Dr. Pires da Rosa, convidar todos os presentes para uma cerimónia que irá decorrer na sexta-feira, ao meio dia, nos Paços do Concelho. O que o que aqui foi dito e abordado, - é verdade; hoje na reunião de Câmara, foi transmitida a informação de um processo de ano e meio, que foi concluído hoje, já eram perto das três da tarde e esse processo (já dei nota dele) partiu da tentativa de regresso do Tribunal Tributário.

Depois elevou para a possível vinda de um Tribunal Administrativo e Fiscal para Aveiro e depois subiu mais um patamar e situou-se mesmo na vinda, agora confirmada, ou pelo menos

na próxima sexta-feira, será confirmada com a vinda cá do Senhor Ministro, para assinatura do protocolo, da vinda para Aveiro, de um Campus da Justiça. É importante para Aveiro, porque uma das áreas fundamentais para um desenvolvimento equilibrado e justo de uma comunidade, é ter uma justiça que funcione.

E queria aqui dar nota, porque é importante, de um conjunto de agradecimentos já hoje feitos na reunião de Câmara, a todos quantos participaram durante este ano e meio deste processo; e queria agradecer aqui ao Senhor Ministro da Justiça, pela sensibilidade permanente que teve para com este assunto. A toda a sua equipa, especialmente o Dr. Conde Rodrigues, que foi excepcional com este assunto, ao Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira e das Infra-estruturas da Justiça Eng.º João de Castro, ao Senhor Governador Civil de Aveiro, Dr. Filipe Neto Brandão - pelo contributo valioso e único e pela postura irrepreensível que teve em todo o processo, à Ordem dos Advogados - a Dr.ª Ana Maria Seça Neves, que está presente e que viveu como muito poucos, com um calor e com um entusiasmo neste processo. A todos os dezanove Presidentes de todas as Câmaras Municipais do nosso Distrito — é justíssima esta palavra, numa reunião com o Senhor Ministro e com o Senhor Secretário de Estado, neste caso os dezoito mais eu, foram unânimes no apoio que deram à vinda para Aveiro, na altura do TAF, posteriormente deste Campus. À GAMA e à AMRIA, cuja persistência, cujo acompanhamento deste processo também foi decisivo. À Assembleia Distrital de Aveiro que curiosamente foi um órgão que já não reúne há muitos anos, curiosamente reuniu quando foi necessário, foi na altura em que apresentámos uma moção e também por unanimidade apoiou a constituição deste Campus da Justiça em Aveiro.

Estamos todos gratos, a estas entidades todas, a estas pessoas, que nós devemos o êxito que foi obtido com este percurso. O Município e a população estão naturalmente gratos a todas estas pessoas.

Por isso, teríamos muito gosto, - e já agora também dar uma ideia geral do que se passa em termos de protocolo, o protocolo é este: como sabem, isto também tem a ver com a nova Divisão Administrativa do país, que vai começando por aí a surgir, no âmbito das NUT's III; e a Carta Judicial, está-se a adaptar a essas NUT's III e daí poderem surgir novos equipamentos, com âmbito regional. E o que está aqui em causa neste processo, é a criação de um Tribunal de âmbito regional, não apenas local; e o Tribunal enquanto Campus, serve esse Tribunal e todo um conjunto de serviços ligados à Justiça que estão a funcionar no concelho de Aveiro.

O que está previsto é isto (muito rapidamente), a partir de Novembro, esses serviços todos, incluindo o TAF, que já foi aprovado em Concelho de Ministros, irão funcionar durante quatro anos no edifício Fernando Távora, cedido pela Câmara gratuitamente, para esse funcionamento; - quer dizer o quê? Que garantimos no primeiro momento que esses serviços vêm já para Aveiro.

O Ministério da Justiça, assume o compromisso de em 2 anos, dar início à construção do Campus da Justiça. Se não der início em 2 anos à construção do Campus da Justiça, começa a pagar uma renda que está lá definida em termos legais, uma renda com algum peso, pela ocupação das instalações. E ao fim de quatro anos tem que ter o Campus construído e nessa altura deixa livre o Fernando Távora.

Este protocolo tem outra vantagem ainda, como sabem nós tínhamos um compromisso inicial, com o Ministério da Justiça de cedência do edifício das Carmelitas para funcionar o TAF; desta forma assim: as Carmelitas continuam a ser do município, não haverá cedência nenhuma ao Estado desse edifício. Portanto no final do processo, acreditamos que iremos ter do Fernando Távora nosso e iremos ter as Carmelitas nossas e iremos ter um Campus da Justiça, que não sendo nosso, será o nosso Campus da Justiça. Muito obrigado.”

Seguidamente, a Presidente da Mesa^{du} deu por encerrada esta primeira reunião da Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 01 de Outubro (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 25 de Setembro de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)